ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA (213ª) REUNIÃO DA CÂMARA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS (CAC) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, de forma remota - por meio da plataforma *Teams* - com a presença dos seguintes membros: Ileno Izídio da Costa (Decano - Presidente), Maria Hosana Conceição (FCE), Igor dos Santos Lima (IE), Paolo Gessini e Maura Angélica M. Shzu (FGA), Talita Tatiana Dias Rampin (FD), Patrícia Cristina Pinheiro e Cristiano Guedes de Souza (IH), Claudio Gottschalg Duque (FCI), Josivania Silva Farias (FACE), Eliza Carla Barroso Duarte (FM), Marisete Peralta Safons (FEF), Fernando Fortes de Valência (IB), Ariuska Karla Amorim (FT), Karin Eleonora Sávio de Oliveira (FS), Fernando Bomfim Mariana (FE), Cleriane dos Santos Matias Borges (IG), Fernando Oliveira Paulino (FAC), Wilson Ramos Samarcos Neto (PRC) e Evelyn Jeniffer de Lima Toledo (IQ). Também estiveram presentes os (as) convidados (as): Larissa Polejack (DASU), Sinara Pollom Zardo (DACES), Susana Xavier e Claudia Renault (DIV), Eloísa Pereira Barroso e Eduardo Lemgruber (DDS), Fabiana Paulo do Nascimento e Fernanda Correa Loureiro (Gab/DAC), Jessica Gillian de Almeida, Debora Larissa Bezerra de Brito, Jeisa Alessandra Gaspar Albuquerque e Railson Silvano Pereira. **Item 01: Aprovação da pauta.** O presidente iniciou a reunião com a solicitação de aprovação da pauta. Aprovada, com 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 02:Aprovação de atas das reuniões 211 e 212 da CAC.** A professora Patrícia (IH) pediu a palavra para destacar uma fala sua na ata 211, que teve seu sentido alterado no documento. Na penúltima linha da primeira página da ata, estava escrito que a conselheira manifestara preocupação a respeito da participação de outros decanatos na composição da Câmara. Mas a prof Patrícia, na verdade, quis declarar algo em direção oposta. A conselheira explicou que demonstrou preocupação com o excesso de participantes oriundos da gestão da Universidade em câmaras e demais colegiados. A conselheira acredita que este excesso poderia causar prejuízos ao andamento dos trabalhos, um "peso" maior da gestão em detrimento de outros grupos de participação nos colegiados. Desta feita, a secretária da CAC se comprometeu a alterar a redação neste trecho da ata 211, e a prof Patrícia concordou, após se oferecer para ajudar na correção do documento caso seja necessário. Após o encaminhamento, o presidente da CAC abriu para a votação do item. Tendo em vista problemas técnicos por parte da secretária, não houve possibilidade de disponibilização de formulário, e, de ordem do presidente, os membros votaram por manifestação via chat da reunião remota. Atas 211 e 212 aprovadas (com ressalva para a correção de fala da prof Patrícia Pinheiro na ata 211) por 10 (dez) votos favoráveis e 3 (três) abstenções. **Item 03: Apreciação da minuta de Resolução da Moradia Temporária dos estudantes residentes na área da Saúde - apresentação do Prof Gustavo Adolfo Sierra Romero, diretor da Faculdade de Medicina (Processo SEI nº**

23106.090821/2021-80). O prof Gustavo iniciou sua apresentação em formato *power point* para melhor esclarecimento da minuta a conselheiras e conselheiros, e destacou que o documento teve uma elaboração mais facilitada devido à experiência da Diretoria de Desenvolvimento Social do DAC em outras resoluções que regem a moradia estudantil na UnB. O diretor da FM também ressaltou que o PMRS terá administração conjunta de DDS/DAC, HUB e SPI. Após a leitura de toda a minuta de resolução, o presidente da CAC agradeceu muito ao prof Gustavo Romero, diretor da FM, e a todos os partícipes na elaboração do documento, para depois dispor algumas colocações a respeito do item de pauta. Em primeiro lugar, houve o destaque de que todos os detalhes específicos que, por ventura, não estejam expressos na resolução, poderão ser abordados em Instruções Normativas em suas especificidades. O prof Ileno ainda lembrou aos membros da Câmara que após a apreciação na data presente, em caso de aprovação, a minuta seguirá para o Conselho de Administração - CAD. O presidente ainda ressaltou que é importante a célere tramitação do documento, porque há vários estudantes da residência em cursos da saúde que acionaram a UnB por meio de processos judiciais, e a Universidade tem arcado com todos estes custos, sem ajuda do MEC. A Procuradoria Jurídica também recomendou que fosse elaborada esta resolução do PMRS. Em sequência aos esclarecimentos, o presidente abriu para inscrições. A prof Josivania (FACE) foi a primeira a pedir a palavra, e deu os parabéns pela proposta. A conselheira apenas questionou os artigos que se referem à proibição dos moradores das residências na área de saúde em possuírem pets e também levarem crianças e adolescentes para o local. Ela lembrou como alguns animais de estimação podem representar verdadeiros "terapeutas" para certas pessoas, e também se preocupou com estudantes que já sejam mães ou pais, e não tenham o direito de morar com seus filhos nestas residências dentro da UnB. Para sanar as dúvidas da conselheira, a prof Eloísa, diretora da DDS/DAC, esclareceu que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) não autoriza a permanência de crianças e adolescentes em moradias estudantis. Também não são hospedados casais, porque os apartamentos são destinados à coabitação de dois estudantes. Quanto a animais, a proibição segue pelas mesmas razões de convivência. A conselheira Josivania concordou com o exposto e agradeceu. Na sequência, a prof Patrícia (IH) também parabenizou a equipe envolvida na minuta de resolução do PMRS. A conselheira apenas questionou a ausência no texto da minuta dos estudantes do Serviço Social. O prof Gustavo esclareceu que houve certa ênfase no texto sobre os cursos que sediam os programas, como a FAV, por exemplo, que possui um hospital-escola na área da Veterinária. No entanto, todos os estudantes da área de Saúde que se encaixem na mesma situação serão contemplados pelo Programa de Moradia para Residência em Saúde (PMRS). Outra dúvida da prof Patrícia foi a respeito da taxa de ocupação dos imóveis. A diretora DDS, prof Eloísa,

respondeu ao questionamento, dizendo que a taxa é legítima e necessária, já que este público não está enquadrado na vulnerabilidade socioeconômica. Sobre a quantia exata a ser paga pelos estudantes ainda não está determinada na minuta de resolução, de acordo com o presidente da CAC, pois será discutida pela Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI), junto à Administração Superior da UnB. A DDS fará o estudo de avaliação socioeconômica para a seleção de estudantes ao PMRS, mas a principal diferença para outros programas da diretoria é que neste caso não haverá o corte para a renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos. Será feito um ranqueamento de candidatos/as, em que constarão diversos critérios, tais como renda, questão afirmativa, escola pública, se terá dedicação exclusiva ao programa, entre outros. O prof Gustavo destacou que antigamente era obrigatório que os estudantes do PMRS tivessem dedicação exclusiva, o que não é mais uma exigência. Por isso, este se tornou mais um critério de priorização no processo de seleção dos inscritos/as. Após amplo debate e fim das inscrições, o diretor da FM agradeceu a todos e pediu licença para se retirar da reunião, para cumprir outros compromissos. O presidente encaminhou, então, a minuta de resolução do PMRS para votação dos/as conselheiros/as. Aprovada com 15 (quinze) votos, unanimidade entre os aptos à deliberação. **Item 04: Reformulação de membros da Comissão para estruturação da CAC e da Comissão de análise da Política de Moradia Funcional.** O presidente abordou a necessidade de precisar recompor os membros de ambas as comissões, e também criar novos atos com prazos estipulados para cada uma delas. Iniciou a pela comissão que trata da estrutura interna da CAC. O antigo presidente da comissão era o prof Rodrigo Rabello (FCI), porém o mandato de conselheiro expirou e o professor não teve recondução de sua unidade ao colegiado. Desta feita, as conselheiras Patrícia Pinheiro (IH) e Maria Hosana Conceição (FCE) confirmaram sua intenção de continuar na comissão, e o prof Ileno pediu candidatos à vaga restante. A prof Hosana pediu a palavra para ressaltar que a comissão já avançou em deliberações e encaminhamentos, e não começará "do zero" a partir de sua reformulação. O prof Ileno também relembrou aos membros que fará um arrazoado sobre a estrutura da Câmara e enviará para a comissão, que usará o documento como base para finalizar o relatório, a ser apreciado na CAC. Se aprovado, seguirá para o CAD. O prof Renato Resende (IL) se inscreveu e disse que poderia participar da comissão. Todavia, por ser conselheiro suplente, ele declarou se sentir mais à vontade em conversar primeiramente com o titular de sua unidade na CAC, prof Augusto Rodrigues, e também junto à direção do Instituto de Letras. Sendo assim, houve comprometimento do conselheiro a fazer essas tratativas e notificar a secretária da CAC de sua decisão, tão logo seja possível. O presidente ainda declarou que tão logo seja recomposta a comissão, será publicado o ato de constituição, com validade de até 30 (trinta) dias. Na comissão sobre a Moradia Funcional, os componentes foram

todos confirmados para uma recondução, com ato de constituição válido por até 60 (sessenta) dias. O prof Fernando Bomfim Mariana (FE) na presidência, e a prof Hosana Conceição (FCE), a prof Ariuska Amorim (FT) e a prof Evelyn Jeniffer Toledo (IQ) como as outras integrantes. O presidente ressaltou que esta comissão tem como objetivo subsidiar debates sobre a moradia funcional num contexto maior da UnB, da questão patrimonial em Brasília, da política de valores dos imóveis. A CAC terá o papel de subsidiar debates da comunidade universitária e subsidiar posteriores decisões para o Conselho de Administração (CAD). **Item 05: Informes.** O prof Ileno abriu este item de pauta com a notícia de que o orçamento da UnB para 2022 foi aprovado no CAD e no Consuni. Os recursos não tiveram acréscimos, mas não sofreram contingenciamento este ano. O comitê permanente da Ação 4002 (PNAES) referendou um orçamento de volta ao patamar de 34 (trinta e quatro) milhões, mesmo do ano de 2019. Em 2020, este valor tinha sofrido redução para 32 (trinta e dois) milhões, e chegou a 30 (trinta) milhões em 2021. Pelo segundo ano consecutivo, o DAC e a Administração Superior conseguiram arrecadar recursos financeiros advindos de emenda parlamentar. Em 2021, o montante chegou a 12 (doze) milhões de reais, e para 2022 houve aporte de 4,2 (quatro milhões e duzentos mil) reais para ações ligadas à Assistência Estudantil, com foco no retorno presencial das aulas na UnB. Outro informe importante foi a respeito das políticas promovidas nas diretorias do DAC, que devem ser apreciadas na CAC ao longo deste ano. A Política de Assistência Estudantil (com grandes contribuições do relatório produzido na I Conferência de AE da UnB), a Política da UnB Promotora da Saúde, a Política de combate à violência contra as mulheres (que será apreciada na Câmara de Direitos Humanos da UnB), além do retorno a ações ligadas ao esporte e à cultura. Logo após os informes do presidente, houve abertura de inscrições. O prof Paolo (FGA) pediu a palavra para demonstrar preocupação quanto ao fim do contrato da UnB para transporte *intracampus* e *intercampi*. O conselheiro disse que como se trata de um assunto comunitário, resolveu trazer o ponto para a CAC, e alertou que atualmente só existem dois horários do BRT que faz o trajeto Darcy-Gama-Darcy, por exemplo. Um sai do campus Darcy Ribeiro e chega após às 10h na FGA e o outro sai do campus FGA às 17h. A prof Patrícia (IH) reforçou as palavras do prof Paolo, e declarou que a ADUnB já fez um documento sobre os desafios ao retorno presencial seguro na UnB, e um deles é a questão do transporte da comunidade universitária e possíveis consequências de contaminações por Covid-19. O prof Ileno acolheu e compartilhou da preocupação dos conselheiros. Apesar de o transporte público estar sob a gerência do GDF, o presidente da CAC pediu que a questão fosse registrada em ata da reunião, para posterior encaminhamento à Administração Superior, para diálogo junto à Secretaria de Transportes do Distrito Federal. **Item 06:Assuntos Gerais.** O presidente utilizou este item de pauta para tratar da grande dificuldade enfrentada na escolha de conselheiros/as

para composição de comissões e emissões de pareceres na Câmara de Assuntos Comunitários. Houve contribuições de membros sobre experiências em outros colegiados, como a possibilidade de escolha a partir da lista alfabética com nomes dos conselheiros, ou por esquema de revezamento em grupos temáticos a cada semestre, além da ideia de sorteio de nomes feito de forma aleatória. Após diversas manifestações, o prof Fernando (FE) pediu a palavra para declarar que entende a necessidade de se estabelecer algum critério na escolha de relatores e membros para comissões na CAC, porém ainda prefere a forma como tem sido conduzida a questão pelo prof Ileno. O conselheiro disse que considera o convite, com respostas espontâneas, algo gentil e até lisonjeiro. Pelo avançar da hora, o presidente acolheu as sugestões, agradeceu o debate e prometeu retornar com a decisão sobre o assunto na próxima reunião do colegiado. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e doze minutos, o presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Luciana Pimenta M Pandino Werneck, Assistente em Administração do DAC, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será subscrita pelo presidente.

Presidente
Ileno Izídio da Costa
(documento original assinado)

Luciana Pimenta M Pandino Werneck
Assistente em Administração do Decanato de Assuntos Comunitários